

**PROJETO DE LEI Nº 6.438, DE 2019**

“Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes”

**EMENDA DE PLENÁRIO**

6 / 2020

Suprima-se os incisos XII a XVIII, do Artigo 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, na redação proposta pelo Artigo 1º, do PL nº 6.438, de 2019.

**JUSTIFICAÇÃO**

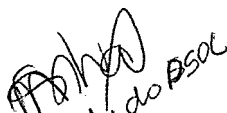
Os referidos incisos ampliam o porte de armas para diversas categorias do serviço público (peritos criminais, agentes socioeducativos, agentes de trânsito, oficial de justiça e oficial do ministério público, agente de fiscalização ambiental, membros da defensoria e advogados públicos federais), o que em nossa avaliação representa um retrocesso ao Estatuto do Desarmamento e à própria segurança pública, cujo norte deve ser a redução de armas em circulação no País e não o seu acréscimo.

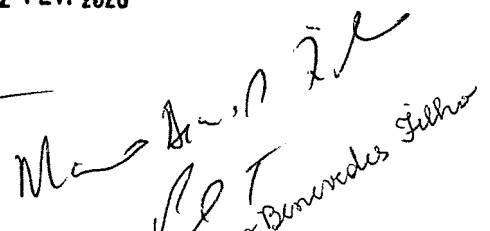
Na verdade, a liberação do porte de arma da forma desenfreada como faz o projeto de lei, é uma medida que caminha na contramão das alternativas de políticas públicas adequadas ao enfrentamento da violência que atualmente vitima e assusta a população brasileira e, certamente, servirá tão somente para alimentar o pânico e o desassossego no País.

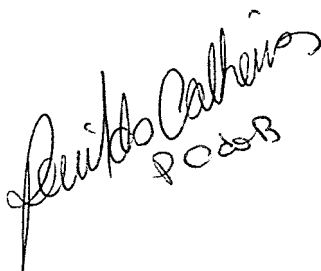
Sala das Sessões,

12 FEV. 2020

  
Enio Verri  
Lider da Bancada

  
Paulo Roberto do PSAC

  
Manoel Benedito Filho

  
Paulo Roberto do PSAC

  
PSB  
Dep Marcelo Nilo